

Camargo diz que inflação

ica

JORNAL DO BRASIL

reduz mandato de Sarney

Recife — Fotos de N.

Tânia Fusco

Brasília — O senador Afonso Camargo (PR), que foi um dos articuladores da Aliança Democrática e é vice-presidente do PMDB, afirmou que "cada 1% a mais de inflação reduz um mês no mandato do presidente Sarney". Incluindo-se entre os que defendem a imediata definição do tempo que deve durar o governo Sarney, Camargo disse que há um ano, no auge do sucesso do Plano Cruzado, o presidente tinha garantidos os seis anos que a Constituição atual lhe reserva. "Hoje, a tendência é de quatro anos", disse.

Camargo acha que não há mais sequer a possibilidade de se fazer um programa de governo que possa manter a Aliança Democrática, pacto que permitiu a eleição de Tancredo Neves e Sarney e a queda do regime militar. "O governo terá que optar entre os caminhos do PMDB e os do PFL", afirma. O PMDB, em sua opinião, não apoiará programa econômico que combata a inflação com recessão. "Se a opção do governo for essa, simplesmente terá que buscar outro caminho e conseguir outros apoios, porque o PMDB não poderia fazer parte de um governo assim", sustenta Camargo.

Há um ponto que, para Camargo, pode significar o rompimento do PMDB com o governo Sarney: "Uma mudança na direção da negociação da dívida externa, com a volta ao estilo antigo mais conservador, na base das visitas da Ana Maria Jull (funcionária do FMI), pode ser a gota d'água". Segundo Camargo, os partidos e o governo têm que achar um caminho. "A indefinição gera confusão, insegurança e medo. Tenho medo da insegurança do povo", diz ele.

— O sr vem defendendo que o PMDB assumia seu verdadeiro papel. Qual é esse papel?

— Tenho também afirmado que a crise maior que nós atravessamos é a da desinformação, que gera esse clima de insegurança altamente prejudicial ao país. A economia fica paralisada quando não tem regras de jogo definidas. O PMDB não pode ser instrumento dessa desinformação. Se reclamamos hoje de que governo, especialmente a área econômica, não informa convenientemente a população e o sistema produtivo, temos que dar o exemplo: ser um instrumento de clareza e transparência.

— Informar sobre o quê? O que precisa ser revelado?

— Temos que informar a população se apoiamos ou não o governo. E qual governo apoiamos. Porque uma democracia plena, que é a que nós defendemos, é pluripartidária e se faz de partidos que sustentam, apoiam e fazem oposição ao governo. Vivemos um grande dilema hoje.

— Qual dilema?

— Há uma contradição de forças dentro do governo, que não lhe dá condições de fixar com clareza qual é a sua direção. A Aliança Democrática é sustentada por dois partidos que não têm programas idênticos. O liberalismo social (como se denomina o velho liberalismo hoje em dia) é baseado na concentração de rendas. A proposta do PMDB é da desconcentração, da distribuição de rendas. Essa contradição doutrinária está instalada dentro do governo. Isso gera insegurança, crise e indefinição, que desencadeiam o processo de descrédito que o governo vive atualmente. O que foi o ovo e o que foi a galinha nesse processo?

— O que foi?

— Foi a desastrosa atuação do Banco Central a partir dos últimos dias de novembro.

— Por quê?

Porque o Banco Central desencadeou um processo muito discutível de querer nos leilões das LBCs sinalizar a inflação futura, com juros que pagava para vender suas letras. Começamos a denunciar isso em dezembro. Eu procurei o presidente Sarney, procurei o ministro da Fazenda e vários técnicos desse ministério para alertar para essa política do Banco Central. Mas o processo foi se desenvolvendo até chegarmos ao absurdo de fevereiro último. O próprio governo fez com que se desse a todo capital financeiro do país um lucro real de 6%, porque pagamos 20% de juros com uma inflação de 14%. Até agora ninguém se dignou dar qualquer explicação sobre isso. A tecnocracia de Brasília não se digna fazer autocrítica.

A quem interessa isso?

Essa pergunta está contida no documento dos governadores do PMDB e se refere à perplexidade geral do povo brasileiro. A perplexidade interessa aos extremos — direita e esquerda, embora a esquerda só possa atuar com instrumentos da direita. Mas quem pode influir em decisões de governo, como do Banco Central, por exemplo, são grupos conservadores de extrema direita.

Podem influir ou estão influenciando?

Não posso afirmar isso, porque não tenho provas de que houve má fé na desastrosa atuação do Banco Central. No mínimo há incompetência, porque houve uma brutal transferência de recursos do sistema produtivo para o sistema financeiro. Uma transferência inédita na nossa história. Veja bem, nos últimos meses os juros subiram dez vezes, passaram de 2% para 20%. Ninguém se explicou. Ninguém fez autocrítica. O próprio plano Cruzado II está embutido nessa questão dos juros.

Como assim?

— Dizem que o PMDB é corresponsável pelo Cruzado II. Não é, porque ele já estava decidido quando fomos chamados, logo depois das eleições, para conversar. (Essa reunião foi na primeira terça ou quarta-feira depois das eleições.) O argumento usado pelos técnicos do Ministério da Fazenda para justificar o plano era de que sofríamos perdas diárias na ordem de 70 a 80 milhões de dólares em nossas relações cambiais e que o Cruzado II resolveria nossos problemas de caixa e desse relacionamento da balança de pagamentos. O PMDB só conseguiu amenizar o plano, tirando aquela poupança obrigatória, e impedir a retirada do subsídio do trigo.

— Então, vocês acreditaram na argumentação dos técnicos?

— Sim. Eles argumentavam que o plano traria um aumento de receita de mais de Cz\$ 100 bilhões na receita pública, que pagaria parte da dívida interna e baixaria os juros. Aconteceu tudo ao contrário. Fomos enganados.

— Mas o PMDB é acusado de haver forçado o adiamento da edição do Cruzado II...

— Isso não é verdade. Não fomos consultados sobre esse adiamento.

— Ninguém foi consultado, ou o PMDB, enquanto partido, não foi consultado?

— Olha, o partido tem órgãos, como a comissão executiva, por exemplo, que se convoca a qualquer momento. Ela não foi consultada. Portanto, nós engolimos o Cruzado II, fizemos ligeiras alterações. Fomos enganados quando acreditamos na argumentação dos técnicos. O próprio Plano Cruzado I, que foi desencadeado no dia 28 de fevereiro com as medidas de caráter monetário, não foi didaticamente explicado à população. É esse tipo de informação que eu cobro do governo. Porque é evidente que o Plano Cruzado não foi feito para gerar 12 meses depois uma inflação de 17%. Ninguém fez autocrítica. Não se justificou. O PMDB não sabe sequer qual é o plano do governo.

— Não sabe porque não existe esse plano ou porque não é revelado?

Pode ser até que o plano que o governo quer realizar não esteja de acordo com os compromissos assumidos em praça pública...

O Sr. está dizendo que esta informação está sendo sonogada ao partido?

Não. Estou dizendo que não conhecemos os planos de governo. Não sabemos o que ele pretende fazer com a dívida interna, qual será política dos juros, como vamos fazer para crescer. Para o PMDB, o crescimento econômico é princípio inarredável. Não aceitamos corrigir inflação com recessão.

Quais os compromissos da Aliança Democrática que não foram cumpridos?

Dos institucionais só não cumprimos um — o estabelecimento imediato de eleições diretas para presidente, que é o item 1 dos 22 compromissos. Mas é importante lembrar que este item não foi cumprido por circunstâncias do processo de transição. O item 2 do nosso compromisso é a convocação da Assembléia Constituinte, livre e soberana, para restabelecer as eleições diretas de presidente da República. Vamos cumprir esse compromisso das diretas com muito critério, bom senso e democraticamente.